

Entrevista com a psicóloga **Silvia Giugliani** (CRP 07/04318), assessora técnica do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do CRP-RS e representante do CRP-RS junto ao Conselho Municipal de Saúde – Porto Alegre e Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul.

1) Do seu ponto de vista, o que são políticas públicas?

Políticas públicas, para mim, são ações coordenadas com um objetivo público. Tem sido muito comum relacionar políticas públicas com as ações governamentais o que eu identificaria como ações de governo. Aponto que esta compreensão restringe nosso entendimento. Fazendo uma demarcação neste campo, entendo ser fundamental apontar que as políticas públicas devem ser garantidas enquanto políticas de Estado, independentemente da gestão. No meu ponto de vista, esta compreensão e luta para assegurá-la imprime um lugar mais efetivo às ações desenvolvidas não restringindo sua execução a determinada gestão pública. Nesta linha, reconheceremos diversos atores sociais que passam a ocupar lugares decisórios quanto a manutenção, efetividade e qualificação das ações desenvolvidas. Os movimentos sociais constituem uma importante interface na instalação das políticas públicas. Em vários momentos, podemos pensar que ela está distante, isolada, pensada pelos outros, quando, na realidade, pensá-las e acompanhar sua execução da forma mais aproximada possível possibilita sermos pró-ativos no exercício da cidadania e expressar nosso compromisso social. Somos parte das políticas públicas; elas serem mais ou menos efetivas tem a ver com o lugar ocupado por cada um de nós. Deixar espaço aberto, deixar de se posicionar, no sentido de elaborar e apresentar uma leitura crítica das ações realizadas enquanto políticas públicas, deixar de pensar ou devolver o quanto elas são ineficientes é uma opção nossa - o silêncio e a omissão são posições.

Políticas públicas também poderiam ser compreendidas enquanto conquistas de uma organização coletiva que busca expressar diversos interesses. Cabe dizer que nem sempre se consegue garantir agilização nos processos de implantação de políticas públicas, pois, pela diferença de interesses, jogos de poder e, em geral, um baixo nível de compromisso em garantir os direitos da população, algumas ações fundamentais correm o risco de permanecer engavetadas, sem definição e pressão para que sejam finalizados os processos de planejamento visando sua execução. Aí entra, para desacomodar um pouco essa imobilidade, essa frieza, essa distância, a importância de ações da sociedade civil, em seus diferentes segmentos - trabalhadores, usuários e gestão -, ação que, se realizada de forma ofensiva, expressa quais são as ações que devem ser realizadas visando à garantia dos direitos da população.

Neste momento, entendo ser fundamental salientar que as políticas públicas estão altamente articuladas e conectadas com a garantia dos direitos humanos. Se não estão, elas deveriam estar. Acho que nada de efetivo estará garantido se não posicionarmos para assegurar. Se temos hoje políticas ineficientes e frágeis, também temos que perguntar à Psicologia - que, por décadas, assumiu uma posição distante, silenciosa - como se justifica esta realidade. A Psicologia, por opção, durante um significativo espaço de tempo, não formulava sobre isso, não era do seu campo de planejamento, de pensamento, de produção de conhecimento formular sobre as políticas públicas.

Outra via de pensar políticas públicas indica que temos que acompanhar e avaliar sua capacidade de impacto na construção da cidadania. Realmente acho que cada passo, cada gesto, cada posição pode significar um avanço. O movimento pode ser mínimo, e tem sido ainda, perto do contexto gravíssimo de desigualdade que vivemos, mas cabe o registro que faz aproximadamente 20 anos que a Psicologia começou a se perguntar sobre isso, pois antes desta data nem colocava essa questão como um desafio a

ser enfrentado. Mais uma das faces deste debate é reconhecer o importante laço que as políticas públicas devem estabelecer com os movimentos sociais, muitas vezes de resistência e que deste lugar potencializam a afirmação dos direitos humanos e tencionam para efetivação das políticas públicas.

Há um marco importante a ser salientado: foi a partir da Constituição Federal de 1988, que as políticas públicas tiveram um lugar institucional, sendo assegurada sua existência. Considero um avanço, pois garante via legislação sua permanência.

É necessário fazer uma provocação, buscar responder a partir de que lugar falamos sobre políticas públicas, a partir de que produção. Existe um jogo de poder permanente, interesses muito contraditórios, incluindo a própria Psicologia. Hoje, vivemos em um momento mais consistente, avançado e de qualidade, mas, mesmo assim, existem vários momentos nesses encontros que vivemos contradições e disputas. É necessário definir qual nosso campo de ação, sustentando qual compromisso social.

Pensando a graduação, entendo que debates e conteúdos sobre políticas públicas devem ocupar mais espaço nas grades curriculares, temas a serem trabalhados de forma permanente e nas suas diversas frentes de atuação. Ainda estamos de forma muito pontual neste campo acadêmico. Participo de várias aulas inaugurais ou encontros nas disciplinas mais relacionadas às políticas públicas. Fico feliz por estarmos tendo mesmo que inicialmente espaço para contextualizar a Psicologia e sua relação/papel nas políticas públicas.

As políticas públicas nos devolvem um exercício de diálogo com gestões, com colegas, com equipes, para intersetorialmente construir um conhecimento e contribuir na formulação de práticas inclusivas e geradoras de cidadania. Se nós não produzimos, formulamos sobre este campo suas fragilidades e conquistas, entendo que minha posição se fragiliza a ponto de não legitimar as necessárias demandas e formulações que temos que realizar junto às equipes dos serviços.

De que lugar eu falo isso? De um lugar cômodo, distanciado? Cabe sinalizar mais um dos avanços vividos. A Constituição de 1988 também incidiu na estruturação de instrumentos de participação coletiva dos diferentes segmentos, estamos falando das instâncias de controle social. Oportunidade que tivemos de reconhecer os diferentes segmentos, diferentes atores envolvidos, o que nos possibilitou, em vários momentos, avaliar nossas práticas, sua efetividade e quais os efeitos produzidos.

2) Como você vê a forma como as políticas públicas são conduzidas no Brasil? O que poderia ser feito para melhorar?

Considerando a Constituição Federal, que define campos das políticas públicas e estabelece os instrumentos de monitoramento, avaliação e fiscalização. A partir do controle social, temos um importante ponto de partida. Entendo que não se trata de questões isoladas não é só um ou outro, são os dois, ambos desenvolvendo a sensibilidade de dialogar com todos os atores envolvidos. No controle social, o segmento usuário, não reduz o diálogo com quem está ali dentro, ele entende importante permanecer atento para continuar percebendo os movimentos, as produções e as demandas. As políticas públicas no Brasil estão melhor do que estiveram, mas ainda têm lacunas importantes a serem superadas. Elas ainda têm defasagens importantes, no sentido de que algumas existem, mas nem sempre elas são efetivas. Estamos falando da gestão, da falta de compreensão de um campo de direitos

humanos assegurados, um compromisso de assegurar direitos humanos, a falta de compreensão de que um sujeito vem com sua história, atravessado pelas suas experiências e dessa forma precisa ser reconhecido, a política vai engavetando as coisas, esfriando. Às vezes, o sujeito está na sua frente sofrendo, mas não tem o perfil do projeto. Mas então é o projeto que não tem o perfil da realidade.

Elas são produzidas no Brasil apostando forte na não organização dos segmentos que as compõe. Temos um papel importante no processo de auxiliar no fortalecimento das estruturas de debate e de análise das políticas públicas no sentido da sua efetivação. Acho que conquistamos direitos, eles estão expressos em leis, mas isso por si só não garante sua efetividade. A Lei da Reforma Psiquiátrica, infelizmente, é um exemplo: temos a lei, fruto de intensos processos de luta dos movimentos sociais, dos trabalhadores. A lei aponta diretrizes importantíssimas, que reconhecem o sujeito na sua singularidade, na complexidade do atendimento, mas aqui em Porto Alegre estamos lidando com uma rede precária. É de assustar, vemos as pessoas sofrendo e parece que são elas que não aderem; sempre é o outro, quando nós, também parte de um sistema, temos que nos perguntar se estamos garantindo que as ações sejam desenvolvidas, as redes de atendimento propostas sejam implantados.

Podemos pensar em vários determinantes, existem conquistas concretas e importantíssimas, mas essas conquistas nos desafiam a afirmar nosso compromisso social e permanecermos atentos, próximos e formulando, no sentido de garantir o que é efetivo, de superar limites – podemos avaliar a reformulação de questões legais, por exemplo, e também acho que as políticas públicas ainda acontecem em caráter compensatório, atendem ao interesse de quem detém o poder, e não necessariamente consegue garantir o atendimento necessário e de qualidade da população à qual se destina. Ela se destina a alguém. Não uso a palavra usuário, uso destinatário, porque a nossa prática se destina a alguém. Este entendimento imprime força e compromisso de desenvolver práticas profissionais com intencionalidade, integralidade e ampliação.

Neste sentido, podemos dizer que nossas ações passam por articular redes, relações de trabalho e, como muitas vezes as políticas públicas não dão conta desse movimento, porque elas são fragmentadas, ineficientes, limitadas, temos desafios e temos que avaliar se o que está sendo proposto e efetivado dá conta. O que não dá conta deve ser melhorado através de algumas ferramentas, que podem ser internas à gestão, como trabalhadores comprometidos, com compromisso social, efetivando práticas implicadas com a cidadania e com os destinatários da nossa ação, e se sentindo responsáveis pela efetivação de políticas públicas que atinjam seus objetivos macro, não o objetivo reduzido de um projeto ou um programa. Acho que as políticas públicas ainda não são desenvolvidas da forma mais consistente e propositiva pelos profissionais que nelas atuam. E, quando isso acontece, a nossa ação potencializa algumas realidades – neste momento aponto a exclusão de parcelas da nossa população ao acesso a bens e serviços. Isso também tem a ver com Psicologia, porque não se fala, não se pensa e não se realizam políticas públicas de forma isolada, se vive e se desenvolve de forma articulada, intersetorial, transdisciplinar. Existem muitas questões que precisam ser refletidas e incorporadas. Não podemos ficar paralisados no tempo, pensar que há 50 anos, as categorias decidiam suas ações de forma isolada, com o agravante que mesmo internamente o posicionamento definido poderia não expressar a maioria dos profissionais. Tempos de isolamento e fragmentação.

Como uma das formas para enfrentar esta realidade, penso que devemos constituir nossa presença nos diferentes lugares; não estou falando da nossa presença só no campo dos trabalhadores da área, porque estamos presentes no campo da gestão e no dos usuários. Temos que ser mais consistentes para ser

mais propositivos, para expressar reflexões e ações no sentido de implantar políticas públicas efetivas e universais, destinadas a todos. Todos os que a ela acessam podem e devem ser atendidos. Também devemos permanecer próximos, atentos, parte do processo que pensa e propõe a política, ser um ator proativo, maduro com legitimidade na representação realizada. Nesse processo, estaremos traçando estratégias e ferramentas que cada vez vão ser mais efetivas, para alcançar a implantação e efetivação de políticas públicas plenas.

3) Qual é a diferença entre políticas públicas, políticas de Estado e políticas de governo?

Políticas públicas têm uma dimensão de Estado, não são de governo, não são de uma gestão. O compromisso das políticas públicas é com a sociedade. As políticas que são efetivas precisam estar asseguradas independentemente da gestão, e aí dialogo diretamente com o fortalecimento dos espaços de controle social, porque precisamos fiscalizar, incorporar a sociedade civil nos processos de gestão das políticas públicas. Elas são realizadas para além das gestões, tem que ter continuidade, fato que não se assegura se permitirmos que ela aconteça à margem, isolada, dialogando com um único campo de interesse. Realizar nosso acompanhamento e monitoramento, a partir de diversos lugares – um deles é o controle social, enquanto categoria, também temos um lugar, um compromisso e um desafio nesse sentido. Penso que o CREPOP, de certa forma, já é uma ação concreta e importante, neste sentido, precisa ser permanentemente exercido e qualificado.

Iniciamos as atividades do CREPOP em 2006 de forma mais institucional, entendendo que é necessário e propositivo ampliar as atividades visando ampliar seu campo de trabalho, garantindo sua permanência para estabelecer cada vez mais uma relação com o que chamamos de política de Estado. As de governo ficariam um pouco restritas, podendo ser manipuladas na gestão, naquele grupo que, naquele momento, responde pela gestão. Mas isso não garante que a políticas públicas ligadas à gestão tenham qualidade e continuidade. Então, pensar políticas públicas de Estado dialoga com cada um de nós e como efetivamente participamos dos diferentes espaços que definem e fiscalizam as políticas públicas. Não podemos aguardar passivamente que o governo realize as ações devidas, no tempo por ele estabelecido que não necessariamente corresponde a necessidade real. Existem pautas permanentes nos espaços de controle social que talvez, pela gestão, nem aparecessem. Isso dá conta de localizar lacunas e ações ineficientes; estas ações passam também a serem da nossa responsabilidade. Este processo apesar de necessário e urgente ainda é um pouco frágil no Brasil. Ainda estamos aprendendo a nos posicionar. Então, acho que políticas públicas de Estado dialogam com a questão dos direitos humanos; é por isso que elas têm, necessariamente, que ultrapassar a dimensão da gestão.

4) Como você a inserção do psicólogo em cargos públicos no país? Como isso se relaciona com a formação em Psicologia?

Vejo de várias formas, há diferentes faces. Vou começar pelas fragilidades. Tradicionalmente, a presença do psicólogo não era reconhecida enquanto uma prática de intervenção efetiva, propositiva e conectada com o sujeito. Muitas vezes, os psicólogos individualizavam o sintoma. Infelizmente, essa ainda é uma prática realizada por alguns, mas já não é para tantos outros. Por muito tempo, mantivemo-nos distantes das políticas sociais. Muitos grupos ainda mantêm uma distância. O psicólogo vive o tempo da graduação sem ter visto de forma mínima questões afetas às políticas públicas, não pode montar um consultório, porque há um custo, e faz um concurso. E o concurso geralmente é para políticas públicas. Ele chega lá e vai ter uma relação de emprego, não de trabalho. Nada do que estou

falando é absoluto, é uma reflexão minha. Acho que, de certa forma, entrando nesse campo da graduação, ela lida com a ausência dessa pauta. Em grande medida, na formação, vemos a clínica privatista, descontextualizada, trabalhando com o indivíduo, não com o sujeito atravessado por suas experiências. Esse lugar de desconhecimento pode fazê-lo gerar uma prática descontextualizada que não respeita o sujeito na sua complexidade reverberando como sofrimento para o profissional também. Porque o lugar que ele fica é muito difícil de lidar, e como ele não conta com nenhuma formação para enfrentar aquele cotidiano, cada um vai buscar se manter a partir dos seus recursos. Nós também temos o desafio de enfrentar essas contradições, estabelecer canais de comunicação e ser propositivos com relação à formação da Psicologia. A graduação precisa ter a devolução da potência que a categoria absorve a partir de práticas destinadas ao coletivo, ao social e ao desenvolvimento de práticas que envolvem o campo público.

As práticas centradas na individualidade, desconhecendo e desvalorizando a dimensão coletiva e política dos destinatários da nossa ação, geram avaliações descontextualizadas e superficiais. Nesse momento, talvez, alguns estejam trabalhando de forma submissa à relação de poder estabelecida. Os profissionais que estão nas equipes, muitas vezes, não dialogam a partir de um lugar de potência com os coordenadores, dizendo “a Psicologia pode e deve estabelecer essa relação de trabalho”. Cada um pede um laudo, um parecer, e as pessoas vão assimilando e fazendo. Elas reproduzem posições preconceituosas e se submetem a um poder estabelecido.

Em vários momentos, e espero que esteja falando mais do passado do que do presente, auxiliamos no enquadramento dos ditos inadequados, dos problemas, individualizando sintomas e descontextualizando sujeitos.

Agora, vou falar um pouco das “fortalezas”. Aos poucos, temos conquistados superações, buscando reconhecer nossos esforços coletivos – na medida em que os profissionais considerando ações de corresponsabilidade, começam a ocupar outro lugar, que eu chamaria de proativo, comprometido com os direitos humanos. Os processos coletivos têm possibilitado transformar a presença da Psicologia nas políticas públicas. Ainda é um movimento novo, mas já em andamento: constituir um lugar de compromisso social para psicologia nas políticas públicas. Acho que já temos vivido resultados desse processo: temos ingressado de forma mais organizada nos espaços de controle social, temos reconhecido a formulação de políticas públicas que dialoguem com as questões da Psicologia e com o campo da Saúde Mental – campo da Saúde Mental é maior do que a Psicologia, acho que nós compomos, mas não devemos desconsiderar nossa competência e qualificação expressa pelas ações desenvolvidas mas trata-se de reconhecer que ações propostas quando operadas de forma intersetorial, interdisciplinar adquirem; as práticas articuladas com outras áreas fazem diferença.

Outra questão que acho muito importante é desenvolver uma compreensão técnico-ético-política. Nossa prática expressa – ou deveria expressar - essa complexidade. Mas não podemos aguardar que o profissional se dê conta; temos que agir para provocar uma desacomodação, para que algo seja produzido. Algumas ações demandam um conjunto de ações transdisciplinares. Essa questão da compreensão técnico-etico-política tem esse entendimento, e é o que vai replicar numa implicação social.

Quando falei da corresponsabilidade da nossa ação, falei de articular coisas, de sair daquela sala, daquela equipe. Temos que nos conectar com as comunidades, o território. É aí que vejo a dimensão e

potência do trabalho em rede. Porque o sujeito que está em sofrimento pode viver um momento de frágil relação com o mundo do trabalho, esta situação pode estar associada a outras demandas como moradia, educação entre outras. A psicologia não tem competência de resolver a questão relacionada à moradia ou ao trabalho, mas existem políticas que têm essa responsabilidade, essa competência. Talvez a nossa responsabilidade passe por dar visibilidade não somente ao caso, mas àquele cenário, que provoque também desacomodações que envolvam as outras políticas, visando atender efetivamente às demandas daquele sujeito e produzir ações que tenham alcance para quem delas necessitem.

Outra ação importante é desenvolver práticas desinstitucionalizantes. O nosso caminho não deve ser identificar o problema, o sintoma, a individualização, mas, por não pararmos para pensar sobre isso, não sabemos como desenvolver uma ação diferente, ações que potencializem a participação do sujeito. Estou devolvendo para o sujeito sua parcela de ação, de responsabilidade em superar a situação que no momento o fragiliza, estou empoderando o sujeito a agir também. Aderir não é simples, mas dá conta de que ele acredite que é possível ser escutado e existir; é dar um lugar de existência. Não é dizer que ele tem que “se virar”, mas devolver a ele um lugar de existência no qual ele também pode agir. Isso não me desobriga, mas qualifica a minha relação com ele, porque ele existe para mim, ou melhor dizendo, para as políticas públicas. Muitas vezes, as pessoas passam pelas políticas públicas e são tratadas como coisas. Então, friso que a Psicologia deve tratar o sujeito no lugar de sujeito, de um sujeito ativo, que tenha a capacidade de superar aquilo que para ele estiver posto como um limite. Porque o plano de ação não é meu, o plano de ação tem que considerar profundamente esse sujeito, com sua história e seus atravessamentos, para que esse plano tenha um sentido para ele e possa significar a busca de acreditar que pode superar o momento, seu sofrimento.

Para pensar na Psicologia nas políticas públicas de forma mais efetiva, ela tem que estar conectada com a necessidade, com o tempo e com o território do sujeito. Ela não pode desconsiderar esse conjunto de relações. Precisa pensar novas relações de trabalho e novas práticas, porque também, nós, às vezes, sentamos em um lugar de poder e nos fechamos naquele lugar, ficando herméticos, sem dialogar sobre os casos, e também sustentar a partir de que compreensão e conhecimento que é A ou B. Isso me apresenta para aquela equipe, me constitui para aquela equipe.

Penso que, neste momento, é vital afirmar que o que nos move não pode concorrer com a equipe. Estou concorrendo para que os direitos humanos sejam assegurados. Eu coloco isso sempre como uma meta para nos ajudar a não nos perdemos no “miudinho”, porque o cotidiano de trabalho, os desgastes são menores e de menos importância que a violação dos direitos humanos. Por isso, eu acho que nós devemos nos preparar e nos mantermos sensíveis, de forma permanente, lidar com o sujeito no território que ele existe e no contemporâneo, com as relações estabelecidas nesse momento.

Temos uma demanda social que cresce em função de ausência de políticas públicas efetivas e a Psicologia tem que pensar e agir considerando este cenário. Não podemos pensar que o nosso trabalho está deslocado, desconectado. Ele faz parte de um todo; eu tenho maior efetividade se políticas públicas estão implantadas visando à garantia dos direitos humanos. Isso não quer dizer que elas não precisam ser refletidas, revistas e reescritas em algum momento, mas elas precisam dar conta de uma demanda social, que aumenta, também, devido às desigualdades sociais. Então como estabelecemos essas relações? Sustentados por qual premissa? Às vezes, por interesses por poder e não como acredito eu ser coerente e propositivo afirmar a vida e os direitos humanos.

5) Em sua opinião, qual o papel da Psicologia nas políticas públicas?

Historicamente, ficamos mais testemunhando processos do que agido. A Psicologia tem esse desafio de ser produtora de articulação de propostas e desenvolvimento de práticas com compromisso social.

Antes de 2000, o CRPRS já trabalhava para estruturar a Comissão de Políticas Públicas, à qual o CREPOP está ligado. O que quero dizer com “coletivo” tem a ver com o interno e o externo, pautas que a própria categoria traga e que possam ser refletidas num espaço coletivo e permanente. Isso já está conhecido pela categoria, que pode fazer contato com o CRP. As ações do CREPOP são um passo, mas não são únicas, não esgotam nada em si. Na realidade, potencializa uma aproximação com vários campos das políticas públicas nos quais psicólogos desenvolvem suas práticas, muitos com sentimento de solidão, sem (re)conhecer canais de comunicação com o sistema conselhos.

A Comissão dialoga diretamente com o conjunto de ações desenvolvidas pelo CREPOP, desde o desenvolvimento das pesquisas até a interface com os documentos de referência técnica, cuidando para que sejam trabalhados como referência que indicam a sistematização do processo de pesquisa desenvolvido, mas podem ser relativizados sempre que uma situação pontual seja apresentada, são formulações mais coletivas e ampliadas de questões que problematizam determinados debates. São pontos de partida. A construção dessa agenda de forma permanente reflete um investimento da categoria para dar visibilidade e consistência.

Em alguns momentos, estamos conectados com outras categorias, como a Fisioterapia, o Serviço Social. Às vezes, surge uma pauta que é atravessada pelo conjunto de áreas. A Psicologia deve investir na construção de pontes, que é o que nos leva de um lugar ao outro, é uma superação de questões que possam estar limitando a produção de conhecimento. Isso é fundamental, representa um campo muito extenso e complexo. Isso nos devolve bastante reflexão, para gerar uma ação propositiva e de cuidados, buscar inserção em diversos campos das políticas públicas. Em geral, existe uma conexão direta da Psicologia na Saúde, um pouco menos na Assistência Social, mas isso já está mudando. Existem áreas, como trabalho e moradia, nas quais temos que nos desafiar a buscar inserção nos diferentes campos das políticas públicas, como expressão de afirmar que temos o que contribuir.

Temos que assumir um lugar político e com compromisso social, que é um dever de cada um de nós. Desenvolver planos de ação e práticas profissionais que garantam a vida. Potencializar o caráter político e a participação de todos os segmentos que compõem a formulação e o acompanhamento das políticas públicas. A Psicologia tem ferramentas e instrumentos que potencializam essa articulação. Nem sempre ela lança mão disso, mas nós talvez tenhamos uma potência muito grande para agilizar esse lugar, valorizar as intervenções dos movimentos sociais como fonte de ações, de construções e de denúncia. Porque, quando falo em direitos humanos, também falo que temos que denunciar quando testemunhamos uma violação dos direitos. Por isso, para mim, as políticas públicas, os direitos humanos e o controle social estão apresentadas de forma horizontal e articuladas. Mas, mesmo com muito a fazer, já conseguimos avançar e celebrar conquistas.